



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011951-03.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Telefônica Brasil S/A**
 Embargado: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução, opostos por **TELEFÔNICA BRASIL S.A.** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. Alega a embargante que foi autuada conforme auto de infração nº 19.114.025.001, aplicado em virtude de suposta irregularidade na instalação de Estação Rádio Base, para transmissão e recepção de sinais emitidos por equipamentos de emissão de radiação eletromagnética, destinados aos serviços de telecomunicação, contudo, na CDA correlata, não houve a indicação dos artigos da Lei Municipal que teriam sido violados, tratando-se de vício insanável e, ainda que assim não se entendesse, a lavratura do auto de multa foi feita de maneira prematura e inválida, pois não considerou a existência de processo administrativo em curso, com pedido de obtenção de alvará de execução da Estação Rádio-Base. Sustenta que houve cerceamento de defesa, tendo havido disparidade de fundamento entre o processo administrativo e a CDA, não se sabendo o preceito legal que deu causa à multa, sendo nulo o auto de infração. Alega, ainda, que, à época da lavratura do auto de infração, 20/10/2008, o pedido de alvará estava em curso, conforme solicitação de aprovação de projeto, contudo, o agente fiscalizador lhe impôs sanção de cunho pecuniário. Sendo assim, a mora da administração na análise de seu pleito não pode servir de fundamento para a aplicação da multa.

O embargado apresentou impugnação, na qual defende a regularidade da CDA; sustenta que não procede a alegação de que desconhece a infração, pois foi notificada do tributo, requereu prorrogação de prazo para dar atendimento às exigências, bem como requereu o cancelamento de referida notificação, até que o projeto fosse aprovado pelo IV Comar, não podendo alegar cerceamento de defesa, eis que a CDA substituída menciona o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

número do processo administrativo, não tendo havido qualquer prejuízo. Aduz, ainda, que a embargante protocolou pedido administrativo de aprovação de projeto de regularização de sua unidade, sob número 19475/08 e, após a sua análise, foi notificado para que atendesse às exigências. No entanto, desde dezembro de 2008, data da notificação, até a presente data, permaneceu inerte, limitando-se a requerer prorrogação de prazo para cumprimento das pendências.

Assim, não haveria que se falar que o auto de infração é indevido, visto que originado em razão de se ter implantado a torre de telefonia sem atendimento às exigências da Secretaria de Habitação.

Houve réplica.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Observo, inicialmente, que o Juízo já está garantido pela penhora, conforme se observa a fls. 301.

Não é o caso de nulidade do título, pois, embora tenha havido equívoco na legislação indicada como fundamentação legal, a CDA apresentada em substituição (fls. 237/238), que o embargante, uma vez mais, não se esmerou em apresentar cópia totalmente legível, não obstante intimado mais de uma vez para tanto, aponta, pelo que se pode inferir, com muito esforço visual e intuição, que a origem do título era infração, com o número do processo administrativo que lhe deu origem, tendo o embargante sido notificado, conforme documento de fls. 103 a regularizar a edificação comercial, em outubro de 2008, mas não atendeu ao recomendado, tendo sido notificado a paralisar a operação (fls. 104), também não atendendo ao solicitado, o que culminou com a determinação de paralisação da obra (fls. 104), justificando, assim, a imposição da penalidade.

Desta maneira, não pode alegar que desconhecia a origem do débito.

A legislação relativa à atualização do débito também foi apontada.

Portanto, tendo em vista que, na substância, o documento tributário não ficou prejudicado, pois os pequenos defeitos formais apontados não seriam suficientes para impedir a defesa do embargante, que foi notificado, repita-se, do processo administrativo, não há que se falar em nulidade da CDA.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não se olvida que a presunção de certeza da dívida fiscal, deveras, é relativa, podendo ser elidida por prova inequívoca, a cargo do executado, contudo, isso não ocorreu a contento.

Ante o exposto, **julgo improcedentes** os embargos à execução fiscal.

Sucumbente, a embargante arcará com as custas judiciais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

Int.

São Carlos, 10 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**